Nota

Nesta semana ainda não teremos o artigo do escritor e ex-presidente José Sarney, decano da Academia Brasileira de Letras. Ele continua recebendo, em sua residência, os cuidados necessários à sua saúde após a cirurgia recente. Em breve, estará de volta à sua rotina de trabalho e retomará a publicação de seus artigos, às sextas-feiras.

O voto não pode custar o emprego



» VALDIR FLORINDO
Desembargador do TRT da 2ª Região e professor doutor honoris causa pelo Centro Universitário Metropolitano de São Paulo (FIG-Unimesp)

» THOMAZ WERNECK
Juiz do Trabalho, titular da 1ª Vara do Trabalho de Guarulhos e mestre em direito pela USP

Entre 26 e 28 de outubro, após o segundo turno, o Ministério Público do Trabalho recebeu mais de 1.100 denúncias de assédio eleitoral. Circularam nas redes sociais orientações para que empregadores examinassem os perfis dos empregados e escolhessem quem deveria ser demitido. Até uma curtida pode virar indício de deslealdade profissional.

A disseminação dessas mensagens motivou o MPT a ajuizar, em 29 de outubro, ação civil pública contra a Meta, responsável pelo Instagram, Facebook e Threads. O órgão pede que a empresa retire publicações apontadas como incentivo à discriminação política e pague indenização de R$ 50 milhões por danos morais coletivos.

Para quem precisa voltar ao trabalho depois da eleição, essas mensagens sinalizam que o próprio sustento pode estar em risco, mesmo com o voto protegido pelo sigilo. A retaliação pode decorrer da opinião que manifestou ou da preferência que alguém lhe atribui. Sugerir que esse trabalhador vote em segredo e finja apoiar o candidato do chefe significa aceitar que ele esconda o que pensa para conservar o emprego. Sua liberdade inclui manifestar uma opinião ou guardá-la para si, sem ter de simular adesão.

O poder de organizar o trabalho e cobrar resultados encontra limites na liberdade política de quem depende do salário para viver. Demitir alguém por sua convicção política é ilegal. A Constituição protege essa liberdade, e a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho inclui expressamente a opinião política entre os motivos proibidos de discriminação no emprego. Pela Lei 9.029/1995, o empregado dispensado de forma discriminatória pode optar pela reintegração ou pelo recebimento em dobro da remuneração do período de afastamento, além da reparação por dano moral.

Quando a dependência do salário é usada para punir uma escolha política, fica comprometida a igualdade entre cidadãos que têm condições econômicas muito diferentes, mas cujo voto deve ter o mesmo valor. Para quem depende daquele salário para pagar o aluguel e comprar comida, o custo de discordar é maior. Se exercer uma convicção política exigir reserva financeira para suportar uma demissão, a cidadania vira privilégio de quem pode pagar por ela.

Mesmo os colegas que permanecem no emprego passam a calcular o risco de discordar ao acompanhar a dispensa de alguém por razões políticas. A notícia circula, chega às famílias e influencia a maneira como cada um se posiciona. Assim, a punição aplicada depois da votação pode servir de ameaça para o próximo pleito, fazendo o medo persistir quando a campanha já acabou.

Empresários, trabalhadores e dirigentes sindicais participam legitimamente do debate público ao defender candidatos ou criticar governos, ainda que o façam de maneira dura. Essa liberdade alcança também a crítica a decisões judiciais. Já a convocação para demitir quem votou no adversário incentiva uma prática ilegal e, ao se espalhar pelas redes, pode intimidar trabalhadores que sequer estão diretamente naquele contexto. As plataformas dispõem de meios para ampliar ou conter essa circulação e precisam enfrentar o incentivo à discriminação em seus serviços.

É justamente quando a vítima votou em alguém de quem discordamos que nosso compromisso com essa proteção é posto à prova. O combate à discriminação perde sua razão de ser se a mesma conduta receber respostas diferentes conforme o partido beneficiado.

Conviver com pessoas que fizeram outra escolha nas urnas faz parte da vida de qualquer empresa e supõe reconhecer que a autoridade profissional não inclui o direito de impor obediência política. Quem sai da cabine de votação deve poder voltar ao trabalho sem receio de que sua escolha lhe custe o sustento.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



Um dia não é uma tese



» GIOVANNI BEVILÁQUA
Doutor em economia pela Universidade de Brasília (UnB) e professor do IDP

Toda segunda-feira depois de eleição produz o mesmo espetáculo retórico. De um lado, manchetes que tratam uma queda de bolsa como sentença sobre o futuro do país. De outro, uma tentativa igualmente apressada de negar que algo relevante tenha acontecido. Os dois erros têm a mesma raiz: confundir o preço de um dia com uma tese sobre a economia.

Vale começar pelo que efetivamente ocorreu. Na segunda-feira, o Ibovespa caiu 13,88%, e o dólar subiu 8,21%. São números enormes, os maiores em décadas, e não há nenhum interesse em minimizá-los. Mas número grande não é sinônimo de diagnóstico grave. É preciso perguntar o que aquele preço estava medindo.

A resposta é direta para quem conhece a mecânica: media a posição dos investidores, não a saúde da economia. O primeiro turno havia produzido um rali ancorado na expectativa de vitória da oposição e de ajuste fiscal mais duro. O capital estrangeiro entrou pesado nessa tese, com R$ 19,13 bilhões líquidos em outubro até o dia 22. Quando o resultado contrariou a aposta, todo mundo precisou sair pela mesma porta ao mesmo tempo. E quando todo mundo vende junto, o preço que se forma na abertura não é a média das avaliações sobre o Brasil, é o preço de uma fila.

Há uma prova simples de que a segunda-feira não foi um julgamento sobre os fundamentos, e ela está no mesmo dia. O Boletim Focus, divulgado naquela própria segunda, cortou a projeção de inflação de 2026, reduziu a de crescimento e baixou a do dólar de fim de ano. A mesma comunidade de analistas que vendeu ação afirmou, por escrito e na mesma data, que a inflação será menor do que se projetava na sexta-feira. Um mercado que estivesse diagnosticando deterioração econômica não faria isso. Um mercado que está ajustando posição faz exatamente isso.

Também é preciso dizer o que o marketês não costuma dizer: volatilidade eleitoral é rotina, não exceção. O país passou por isso em 2002, em 2018 e em 2022, com o mesmo roteiro de ajuste brusco, digestão e retorno gradual aos fundamentos. O circuit breaker acionado na abertura é um procedimento operacional previsto, desenhado justamente para interromper movimentos desordenados. Sua ativação indica atipicidade de volatilidade, não inviabilidade do mercado.

Dito isso, o rigor obriga a apontar o que de fato merece atenção, e não é o Ibovespa. É a curva longa de juros. O DI para janeiro de 2031 saiu de 12,64% para 15,48% em uma sessão, alta de 289 pontos-base, e o Tesouro cancelou leilões para não vender títulos a preço de estresse. Aí está o sinal relevante: o mercado disse, com dinheiro e com prazo, que considera o ajuste fiscal uma questão em aberto. Prêmio de risco não é pânico, é preço. E preço de risco fiscal, ao contrário do preço de uma ação em dia de eleição, tem consequência real sobre o custo da dívida pública e, por consequência, sobre o crédito de todos.

Para o pequeno negócio, a hierarquia de preocupações é ainda mais concreta e mais modesta. O empresário não precisa formar opinião sobre a bolsa. Precisa saber três coisas: quanto custa o dinheiro que ele toma, quanto custa o insumo que ele importa e quanto o cliente dele consegue comprar. Na segunda-feira, o insumo ficou mais caro por algumas horas e o dinheiro pode ficar mais caro por alguns meses, se o Copom interromper os cortes em 4 de novembro. Isso é o que importa, e isso se administra com renegociação, com linha garantida e com disciplina de caixa.

O que não se administra é a tentação de ler o noticiário como se ele fosse um indicador. Um dia de queda de 13,88% não diz que a economia brasileira piorou na madrugada de domingo para segunda. Diz que muita gente estava do mesmo lado e que o lado perdeu. A economia real, aquela que gera emprego e fatura no balcão, não muda de posição em uma sessão. Ela muda quando o crédito muda, e o crédito muda quando o risco fiscal muda. É por isso que o termômetro certo nunca foi o índice da bolsa. É a curva de juros, e é com ela que se deve discutir política econômica, sem histeria e sem autoengano.

Recusar o alarmismo não é fingir que nada aconteceu. É dizer com precisão o que aconteceu, e essa é uma disciplina mais difícil do que qualquer um dos dois extremos.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

A conta que não fecha

O Brasil sustenta hoje uma rede de proteção social ampla, da aposentadoria do INSS ao Bolsa Família, do BPC ao seguro-desemprego, do Pé-de-Meia ao Gás do Povo, e a sustenta com um orçamento que não fecha. Não se trata de opinião ideológica, mas de aritmética. As despesas previdenciárias ultrapassam R$ 1 trilhão em 2026; o Bolsa Família tem dotação de cerca de R$ 158 bilhões; o BPC, de R$ 122 bilhões; o FAT desembolsa perto de R$ 90 bilhões em seguro-desemprego e abono salarial. Somados, esses itens chegam a algo como R$ 1,4 trilhão por ano, perto de 10% do PIB, diante de uma receita federal projetada em R$ 3,24 trilhões. Nenhum desses programas nasceu por capricho: todos respondem a necessidades reais. O problema é que a conta cresce mais depressa do que a capacidade do país de pagá-la.

Números

Os indicadores mostram a dimensão do desafio. A dívida bruta do governo geral chegou a 81,9% do PIB em junho (R$ 10,8 trilhões) e, segundo o boletim Prisma, deve terminar 2026 perto de 83,4% e subir a 87% em 2027. O deficit nominal, que inclui os juros, passou de R$ 1,2 trilhão em 12 meses até julho, algo como 9,3% do PIB. E a dívida está cada vez mais exposta à Selic: segundo o Banco Central, cada ponto percentual a mais na taxa eleva a dívida bruta em cerca de R$ 60 bilhões, o equivalente a cinco vezes o orçamento previsto do Pé-de-Meia.

Bola de neve

Em outras palavras, o país já paga pelo passado antes de decidir o que pode pagar pelo futuro. O custo desse desequilíbrio não é abstrato. Quando o governo precisa rolar uma dívida desse tamanho com juros altos, o Tesouro disputa com as empresas e as famílias o mesmo crédito disponível na economia. O financiamento encarece, o investimento privado recua, o crescimento perde fôlego e, com ele, a arrecadação que deveria sustentar os próprios programas sociais. É um ciclo em que o gasto de hoje reduz a capacidade de gastar amanhã. A conta, no fim, é paga pelo conjunto dos brasileiros: pelo trabalhador formal, por meio de contribuições e impostos sobre o consumo; pelo empresário, com a carga tributária e o crédito caro; pelo beneficiário, com a inflação que desgasta o valor do benefício; e pelas futuras gerações, que herdam a dívida.

Por outro governo?

A credibilidade, mais que o tamanho do gasto, é o que está em jogo. Países com Estados sociais amplos e dívida elevada costumam conseguir financiar-se quando os investidores enxergam uma trajetória clara de estabilização; o que encarece o crédito é a incerteza sobre quem vai pagar e quando. No Brasil, essa incerteza se traduz em juros altos, que realimentam a dívida e reduzem o espaço para qualquer política social futura. Cada anúncio de nova despesa sem fonte identificada, cada meta cumprida por deduções e cada revisão de estimativas que apenas empurra o problema para o ano seguinte reforçam a percepção de que o ajuste será feito depois...

Representantes do povo

Há uma razão estrutural para isso. Quase tudo o que pesa no Orçamento é obrigatório. Previdência e BPC acompanham o salário mínimo; saúde e educação têm pisos constitucionais; o Congresso reservou R$ 61 bilhões para emendas parlamentares; e os gastos tributários, isto é, isenções e regimes favorecidos, devem chegar a R$ 620,8 bilhões em 2026, ou 4,53% do PIB. Desse total, apenas R$ 41,1 bilhões são classificados como assistência social; o Simples Nacional, sozinho, responde por R$ 120,1 bilhões.

Em tese, o país tem três caminhos. O primeiro é arrecadar mais, mas a receita federal já está em recorde de 23,7% do PIB, bem acima da média de 21,4% dos últimos 29 anos, e analistas avaliam que o espaço para ampliar a carga é pequeno. O segundo é reduzir o ritmo de crescimento da despesa: rever a indexação ao salário mínimo, auditar elegibilidade no Cadastro Único e no INSS, reavaliar renúncias fiscais e, mais adiante, voltar à reforma da Previdência. É o caminho mais difícil, mas o único que ataca a causa. O terceiro é o da inércia: não cortar, não tributar e financiar o deficit com dívida cada vez mais cara, até que o mercado cobre a fatura em juros, câmbio e inflação. É o de menor resistência política e, paradoxalmente, o que mais pune os pobres, pois inflação e juros altos corroem a renda e o emprego de quem depende do Estado.

A frase que foi pronunciada:

"É recessão quando seu vizinho perde o emprego; é depressão quando você perde o seu."

Harry S. Truman

História de Brasília

O fichário político dos eleitores do sr. Paulo Baeta Neves começa com uma classificação especial dos votantes. O primeiro item é o de designação da categoria do eleitor. **(Publicada em 27/5/1962)**